

ORGANIZADORES

RICARDO CALCINI

Mestre em Direito do Trabalho pela PUC/SP Pós-Graduado em Direito Processual Civil (EPM TJ/SP) e em Direito Social (Mackenzie). Professor de Direito do Trabalho da FMU. Professor Convidado de Cursos Jurídicos e de Pós-Graduação (FADI, ESA, EPD, Damásio, IEPREV, Católica de SC, PUC/PR, Ibmecc/RJ, FDV e USP/RP). Coordenador Trabalhista da Editora Mizuno. Membro do Comitê Técnico da Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária. Professor indicado pela Câmara dos Deputados para presidir o grupo de estudos técnicos para a elaboração do PL 5581/2020 acerca do teletrabalho. Coordenador acadêmico dos projetos “Dúvida Trabalhista? Pergunte ao Professor!” (Jota); “Migalha Trabalhista” (Migalhas); e “Prática Trabalhista” (Revista Consultor Jurídico - Conjur). Membro e pesquisador do Grupo de Estudos de Direito Contemporâneo do Trabalho e da Seguridade Social, da Universidade de São Paulo (GETRAB-USP), do GEDTRAB-FDRP/USP e da CIELO LABORAL.

DINO ANDRADE

Graduado em Direito pela Universidade de Brasília – UnB em 2003 e pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho pelo Centro de Estudos Jurídicos Fortium em 2007. Foi Conselheiro da OAB/DF de 2014 a 2018, onde exerceu o cargo de Presidente da Comissão de Direito do Trabalho. Foi Diretor da Associação dos Advogados Trabalhistas do Distrito Federal – AAT/DF entre 2013/2017 e Conselheiro para o biênio 2017/2019. Como representante da classe dos advogados, integrou o grupo GETRIN do Programa Trabalho Seguro do TRT da 10ª Região (DFTO), foi designado para compor banca examinadora de concurso público para o cargo de Juiz do TRT da 10ª Região e, ainda, para coordenar a implementação do PJE perante o TST. É parecerista, articulista especializado, coordenador acadêmico e co-autor de obras jurídicas sobre Direito e Processo do Trabalho publicadas pelas Editoras LTr e Mizuno. É também especialista em previdência complementar, representando judicialmente os fundos de pensão. É membro efetivo da ABRAT, IAB e IADF. Possui vasta experiência em advocacia trabalhista e contencioso previdenciário complementar, notadamente nos tribunais superiores.

**REFLEXÕES
JURÍDICAS**
Contemporâneas

Estudos em homenagem ao
Ministro Douglas Alencar Rodrigues

Reflexões Jurídicas e Contemporâneas

© Orgs.: Ricardo Calcini, Dino Andrade

EDITORA MIZUNO 2022

Revisão: Murilo Coelho

Catálogo na publicação Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	
R332	<p>Reflexões jurídicas e contemporâneas / Alberto Bresciani, Alexandre Agra Belmonte, Alexandre Cordeiro Macedo, et al.; Ricardo Calcini (Organizador) – Leme-SP: Mizuno, 2022.</p> <p>Outros autores: Alexandre Luiz Ramos, Aloysio Corrêa Da Veiga, Amaury Rodrigues Pinto Junior, Ana Paula Pellegrina Lockmann, André Ramos Tavares, Any Ávila Assunção, Augusto César Leite De Carvalho, Bruno Bianco Leal, Carla Teresa Martins Romar, Carlos Vinícius Duarte Amorim, Cristiano Siqueira De Abreu E Lima, Daniel Domingues Chiodo, Débora Pelae Estrela, Dino Araújo De Andrade, Elisa Menezes Garcia, Estêvão Mallet, Fernanda Dias Domingues, Felipe Camargo de Araújo, Francisco Ailton Bezerra Martins, Gaudio Ribeiro De Paula, Giselli Tavares Feitosa Costa, Gilmar Ferreira Mendes, Ives Gandra Da Silva QMartins Filho, Izidoro Oliveira Paniago, João Carlos Mayer Soares, Jordanna Rodrigues Di Araújo, Jorge Pinheiro Castelo, José Alberto Couto Maciel, José Ribamar Oliveira Lima Junior, José Vicente Santini, Luiz Antonio Abagge, Luiz Felipe Gallotti Rodrigues, Luiz José Dezena Da Silva, Manuela Cristina Fernandes Leite, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Maria Adriana Da Rocha Ribeiro Dantas, Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro, Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, Marília Nascimento Minicucci, Marília Rodrigues Alves Carminatti, Mauricio De Figueiredo Corrêa Da Veiga, Morgana De Almeida Richa, Mozart Victor Russomano Neto, Paulo Gustavo Gonet Branco, Platon Teixeira De Azevedo Neto, Pietro Cardia Lorenzoni, Rafael Campos Soares Da Fonseca, Reynaldo Soares Da Fonseca, Ricardo Calcini, Ricardo Villas Bôas Cueva, Roberta Ferme Sivoiella, Roberto Caldas Alvim De Oliveira, Roberto Freitas Pessoa, Robson Maia Lins, Rodrigo Abbatempo Vieira, Rodrigo Garcia Duarte, Ronaldo Ferreira Tolentino, Rubens Curado Silveira, Terence Zveiter, Thereza Christina Nahas, Thiago Santos Leal, Túlio De Oliveira Massoni, Vantuil Abdala, Victor Oliveira Fernandes.</p> <p style="text-align: center;">664 p.; 17 X 24 cm</p> <p style="text-align: center;">ISBN 978-65-5526-438-8</p> <p>1. Direito do trabalho. I. Bresciani, Alberto. II. Belmonte, Alexandre Agra. III. Macedo, Alexandre Cordeiro. IV. Calcini, Ricardo (Organizador). V. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 344</p>
Índice para catálogo sistemático I. Direito do trabalho	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br

e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS NAS CONDENAÇÕES TRABALHISTAS: A EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	29
Gilmar Ferreira Mendes, Victor Oliveira Fernandes	
1. Introdução.....	29
2. Política de Desindexação da Economia na Redemocratização	30
3. Dilema da definição dos índices de correção monetária e de juros aplicáveis às condenações da justiça trabalhista.....	34
4. Distinções jurisprudenciais entre a aplicação de índices de correção monetária e juros nas condenações da Fazenda Pública e nas condenações trabalhistas.....	36
5. Conclusões	39
BREVE NOTA SOBRE ATIVISMO JUDICIAL NA CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	41
Paulo Gustavo Gonet Branco	
1. Origem.....	41
2. A marca impregnante da superficialidade.....	43
3. Predomínio da acepção negativa da expressão	44
4. Um traço comum entre as visões enaltecedoras e críticas do ativismo e o que as distingue na prática.....	45
5. Ativismo e separação de poderes na Constituição de 1988.....	45
6. À guisa de conclusão – o fator restritivo à jurisdição constitucional da liberdade de conformação do legislador democrático	46
TUTELA DOS DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS: A IMPORTÂNCIA DA HARMONIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL E INTERNA	49
Thereza Christina Nahas	
1. Introdução.....	49
2. Casuística dos tribunais superiores brasileiros – STF, STJ e TST.....	55
3. Da jurisprudência da Corte IDH em matéria de direitos sociais, econômicos e culturais	59
4. Progressividade dos direitos assegurados no art. 26 da CADH	66
5. Da necessária coordenação da jurisprudência dos Tribunais internos e internacionais	70
6. Conclusão.....	73
7. Referências	74

O FEDERALISMO DAS REGIÕES E A CULTURA FEDERALISTA NO BRASIL	78
Reynaldo Soares da Fonseca, Rafael Campos Soares da Fonseca	
1. Introdução.....	79
2. Uma visão cultural do Estado Constitucional	80
3. Federalismo cultural na formação do Estado brasileiro: as lições de Darcy Ribeiro e Celso Furtado ...	82
3.1 Dimensão antropológica do federalismo	82
3.2 Dimensão política do federalismo	84
3.3 Dimensões sociológica e econômica do federalismo.....	85
4. A proposta de Paulo Bonavides em prol de um federalismo das regiões e de um Direito Constitucional do gênero humano	86
5. Considerações finais	87
6. Referências	88
PROGRAMA EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA: ADEQUAÇÃO JURÍDICA E RESULTADOS	90
Bruno Bianco Leal, Francisco Airtton Bezerra Martins	
1. Introdução.....	90
2. Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.....	92
2.1 Aspectos gerais	92
2.2 Aspectos jurídicos	92
2.3 Efetividade do programa	97
3. Conclusão.....	100
4. Referências	101
COMPETÊNCIA JURISDICIONAL CONCORRENTE PARA REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTES DA INFORTUNÍSTICA LABORAL: A EXTENSÃO DO DANO COMO LIMITE INDENIZATÓRIO	103
Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, Luiz Felipe Gallotti Rodrigues	
1. Introdução.....	103
2. Concorrência de demandas reparatórias nas Justiças comum e trabalhista	103
3. A extensão do dano como limite indenizatório e a vedação ao enriquecimento sem causa.....	106
4. O princípio da unicidade da obrigação e a solidariedade entre os responsáveis	107
5. Conclusão.....	110
6. Referências	110

PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA VIOLÊNCIA E SUAS CONFIGURAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CENÁRIO PANDÊMICO	112
Any Ávila Assunção	
1. Introdução.....	112
2. Perspectivas teóricas de práticas de violência.....	113
3. A covid-19 intensificando as práticas de violências nas relações de trabalho	116
4. Referências	118
A PROPAGAÇÃO DE ELEMENTOS REDUTORES DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL.....	120
André Ramos Tavares	
1. O cenário brasileiro para os direitos sociais a partir de 1988.....	120
2. Os direitos sociais e seu regime constitucional.....	123
3. Direitos sociais e a reserva do possível como redutor social	124
3.1 Atuação social do STF e a suposta cláusula da reserva do possível	125
4. Reformas antidemocráticas: a inevitável conexão do sistema previdenciário com as relações trabalhistas.....	126
5. O teto de gastos	128
6. Referências	130
A INDIVISIBILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A JURISPRUDÊNCIA DOS DIREITOS SOCIAIS	133
Augusto César Leite de Carvalho	
1. As dimensões dos direitos humanos e fundamentais: uma ideia estanque e imprecisa	133
2. A indivisibilidade dos direitos humanos e fundamentais.....	136
2.1 Um novo significado para liberdade	137
2.2 A igualdade como direito de integração	139
2.3 A igualdade de oportunidades e a igualdade de resultado	139
3. A indivisibilidade dos direitos fundamentais ignorada na regra de transcendência do recurso de revista.....	140
4. À guisa de conclusão	141
5. Referências	141
A FORÇA NORMATIVA DO PRECEDENTE E RESCINDIBILIDADE DA COISA JULGADA NO CPC/2015 ...	143
Morgana de Almeida Richa, Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro	
1. Introdução.....	143
2. Jurisprudência vinculante no modelo de Justiça brasileiro	144
2.1 Resignificação das fontes	144
2.2 Contornos gerais da evolução legislativa.....	145
2.3 A formação do precedente vinculante	147

3. A força normativa do precedente.....	148
3.1 <i>A ratio decidendi</i>	148
3.2 A aplicação do precedente vinculante.....	150
3.3 <i>Overruling e distinguishing</i>	151
4. Rescindibilidade do julgado.....	152
5. Considerações finais.....	156
6. Referências.....	157
A PANDEMIA DO ATIVISMO JUDICIAL NO BRASIL.....	160
Ives Gandra Da Silva Martins Filho	
1. Referências.....	163
PROCESSO DO TRABALHO, SEGURANÇA JURÍDICA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	164
Alexandre Agra Belmonte	
Merecida Homenagem.....	164
1. Introdução.....	164
2. Técnicas processuais ordinárias de concretização da segurança jurídica.....	166
2.1 Uniformização da jurisprudência, recursos repetitivos e assunção de competência.....	166
2.2 A própria jurisprudência pacificada e o precedente como técnicas de concretização da segurança jurídica.....	167
2.3 A reclamação como garantia da estabilidade das decisões dos tribunais.....	168
3. Controles de constitucionalidade e de convencionalidade.....	168
4. Prescrição, decadência, preclusão, perempção e coisa julgada.....	170
5. Ação rescisória e ação anulatória.....	170
6. O princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva e a segurança das relações jurídicas.....	171
7. Ativismo judicial e segurança jurídica.....	173
8. Conclusão.....	175
9. Referências.....	175
A ADMISSÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM TEMA COM TESE VINCULANTE FIXADA PELO STF À LUZ DO TEMA 181 DA REPERCUSSÃO GERAL.....	177
Alexandre Luiz Ramos	
1. Referências.....	192

A PANDEMIA E OS ATOS TELEPRESENCIAIS: AVANÇOS E DESAFIOS DO NOVO “PROCESSO DO TRABALHO 4.0”	193
Aloysio Corrêa da Veiga, Roberta Ferme Sivoletta	
1. Introdução.....	193
2. A Justiça do Trabalho 4.0: novos eixos para a efetividade processual	194
3. A nova realidade telepresencial: diminuindo fronteiras e resolvendo conflitos	196
4. A audiência trabalhista e os instrumentos telepresenciais	202
5. Conclusão.....	205
6. Referências	205
A AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA EM VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DE LEI OU NORMA JURÍDICA DECORRENTE DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE À FORMAÇÃO DA COISA JULGADA E A EXIGÊNCIA CONTIDA NA SÚMULA 298, I, DO TST	207
Luiz José Dezena da Silva	
1. Introdução.....	207
2. A ação rescisória como meio de impugnação da coisa julgada	208
3. Ação rescisória por violação literal de lei e por manifesta violação de norma jurídica – evolução legislativa.....	211
4. A necessidade de pronunciamento explícito como pressuposto de configuração da violação literal de lei ou de norma jurídica	214
5. A declaração de inconstitucionalidade do dispositivo de lei ou norma jurídica embaixadores da decisão rescindenda, superveniente à formação da coisa julgada, e a exigência do pronunciamento explícito (Súmula 298/TST)	216
6. Conclusão.....	226
7. Referências	227
OS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	229
Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Maria Adriana da Rocha Ribeiro Dantas	
1. Introdução.....	229
2. A jurisprudência do STJ quanto à competência para processo e julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.....	229
3. Casos particulares relativamente aos crimes contra a organização do trabalho	233
3.1 Conexão	233
3.2 Greve	235
3.3 Conflito entre Vara do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho.....	235
3.4 Prevenção	236
3.5 Fundamentação da prisão.....	236

3.6 Interrupção de eleição sindical.....	236
3.7 Piquete	237
3.8 Danos a fábrica com paralisação da unidade fabril	237
3.9 Conflito de atribuições do Ministério Público.....	237
3.10 Delito contra a liberdade associativa.....	238
4. Relação entre a absolvição da conduta na Justiça do Trabalho e a questão criminal	238
5. Prova	239
6. Medidas cautelares diversas da prisão	240
7. Possibilidade de o Ministério Público requisitar a instauração de inquérito policial	241
8. Prescrição.....	241
9. Conclusão.....	242

ADMINISTRADOR NÃO SÓCIO: LIMITAÇÃO DO ALCANCE DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Alberto Bresciani

1. Introdução.....	243
2. Normas de regência e doutrina	244
3. Jurisprudência	246
4. Conclusão.....	249
5. Referências	250

FIM DA COMPULSORIEDADE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL: O CONCEITO DE RENÚNCIA DE RECEITA E O JULGAMENTO DA ADI 5.794 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....

Robson Maia Lins, Marília Rodrigues Alves Carminatti

1. Introdução	251
2. Fundamentos utilizados pelo STF ao declarar constitucional o fim da compulsoriedade da contribuição sindical na ADI 5.794	252
3. Inconstitucionalidades da instituição do caráter facultativo à contribuição sindical pela Lei 13.467/17	253
3.1 Inconstitucionalidade formal por ofensa ao art. 113 do ADCT: renúncia de receita e ausência de estudo prévio do impacto orçamentário	254
3.2 Inconstitucionalidade formal por afronta ao art. 150, §6º, da Constituição e ao princípio democrático	258
3.3 Inconstitucionalidade material: ofensa ao art. 8º da Constituição Federal e ameaça à continuidade das entidades sindicais	259
4. Conclusão.....	261
5. Referências	262

A IMPORTÂNCIA DE PROTEGER O SEGREDO DO NEGÓCIO	263
Ricardo Villas Bôas Cueva	
1. Introdução.....	263
2. A Diretiva da União Europeia (EU 2016/943).....	263
3. A nova lei alemã de proteção do segredo do negócio (<i>Gesetz zum Schutz von Geschäftsgeheimnissen – GeschGehG</i>).....	266
4. A situação no Brasil.....	267
5. Interface com o Direito do Trabalho.....	268
6. Considerações finais.....	269
7. Referências.....	269
OPERAÇÃO ACOLHIDA: ASPECTOS GERAIS E TRABALHISTAS	270
José Vicente Santini	
1. Origem da crise migratória venezuelana: breve síntese.....	270
2. Política migratória no Brasil.....	270
3. Operação acolhida: evolução histórica e arcabouço jurídico.....	271
3.1 A interiorização como estratégia de inclusão socioeconômica dos imigrantes venezuelanos.....	273
3.2 Inserção dos venezuelanos no mercado de trabalho.....	275
4. Referências.....	276
TRABALHO, TECNOLOGIA E NOVAS FORMAS DE TRABALHO DIGITAL: REFLEXÕES SOBRE AS PERSPECTIVAS DO TRABALHO E DO DIREITO DO TRABALHO	282
Carla Teresa Martins Romar, Túlio de Oliveira Massoni	
1. O debate contemporâneo sobre as perspectivas do trabalho e do Direito do Trabalho.....	282
2. Incidência das tecnologias sobre o mercado de trabalho.....	284
2.1 Os trabalhadores “atípicos” e em plataformas digitais: do “Direito do Trabalho” ao “Direito dos Trabalhos”.....	284
2.2 Desemprego tecnológico: importância da formação contínua para o mercado de trabalho....	288
3. Incidência das tecnologias sobre a relação de emprego.....	291
3.1 Teletrabalho e a questão do controle de jornada, desconexão e privacidade.....	291
3.1.1 Teletrabalho, tempo de trabalho e controle de jornada.....	292
3.1.2 Teletrabalho e direito à desconexão.....	293
3.2 Proteção de dados e gestão algorítmica.....	294
3.2.1 Redes sociais e liberdade de expressão do empregado.....	297
4. Notas conclusivas e o papel do diálogo social.....	298
5. Referências.....	300

A FORÇA NORMATIVA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS E UMA NOVA COMPREENSÃO DA INDEPENDÊNCIA JUDICIAL	304
Amaury Rodrigues Pinto Junior, Izidoro Oliveira Paniago	
1. Introdução.....	304
2. Independência judicial.....	305
2.1 Independência judicial – visão tradicional.....	305
2.2 A força normativa dos precedentes (CPC/15), a independência judicial e um novo olhar constitucional	307
3. Possíveis desdobramentos da nova compreensão da independência judicial	313
4. Conclusões.....	315
5. Referências	316
CESSÃO DE CRÉDITO JUDICIAL TRABALHISTA	317
Estêvão Mallet	
1. As premissas	317
2. A controvérsia	318
3. A teoria.....	321
a) Fundamentos para negar a possibilidade de cessão.....	321
b) Réplica à negativa de possibilidade de cessão	322
c) Evolução do problema.....	325
4. Os desdobramentos	327
a) Prática.....	327
b) Formalidade	328
c) Legitimação negocial	328
d) Créditos cedíveis	329
e) Financiamento do processo.....	331
5. Conclusão.....	332
6. Referências	332
BÔNUS DE INCENTIVO – “HIRING BONUS” – NATUREZA NÃO SALARIAL	334
Vantuil Abdala	
1. O bônus de incentivo.....	334
2. Natureza não salarial.....	335
3. Aplicação analógica das luvas pagas ao atleta profissional	335
4. Incongruências jurídicas.....	337
4.1 Repercussão do bônus de incentivo no FGTS.....	338
5. Conclusão.....	339
6. Referências	339

CADE VERSUS JUSTIÇA DO TRABALHO: QUEM É COMPETENTE PARA DEFENDER OS TRABALHADORES?	341
Alexandre Cordeiro Macedo	
1. Introdução.....	341
2. Referências	347
TRANSCENDÊNCIA NO RECURSO DE REVISTA	349
José Alberto Couto Maciel	
1. Introdução.....	349
2. Do recurso de revista	350
3. A transcendência ainda estava apenas na teoria.....	354
4. O que é transcendência no recurso de revista? Qual é sua semelhança com a repercussão geral no Supremo Tribunal Federal?.....	354
5. O interesse da regulamentação da transcendência foi deixar como última instância trabalhista os Tribunais Regionais, decidindo o TST apenas questões transcendentais, perdendo, assim, a Corte Suprema Trabalhista seu objetivo maior, que é o de unificar a jurisprudência de todo o país, regionalizando-se o Direito do Trabalho.....	355
6. Destinação do recurso de revista.....	356
7. Referências	356
PANDEMIA E ATOS TELEPRESENCIAIS.....	357
Ana Paula Pellegrina Lockmann	
1. Referências	362
REFLEXÕES SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DADOS.....	364
José Ribamar Oliveira Lima Junior	
1. Lei Geral de Proteção de Dados: breves considerações.....	364
2. Lei Geral de Proteção de Dados – aplicação nos Tribunais. Recomendação CNJ 73/20	369
3. Tratamento de dados pelas pessoas jurídicas de Direito Público – posicionamento do Supremo Tribunal Federal: ADI 6387	370
4. Conclusão.....	374
5. Referências	374
REFLEXÃO ACERCA DO RECONHECIMENTO DO GRUPO ECONÔMICO NA FASE EXECUTIVA APÓS A VIGÊNCIA DO CPC DE 2015 E SOB O ENFOQUE DA DECISÃO EXARADA NO ARE 1.160.361.....	376
Roberto Freitas Pessoa, Giselli Tavares Feitosa Costa	
1. Contextualização do estudo – homenagem ao ministro Douglas Alencar Rodrigues – um juiz técnico.....	376
2. Introdução.....	377
3. Breve retrospecto acerca do reconhecimento de grupo econômico pela Justiça do Trabalho.....	377

4. Possibilidade de inclusão de corresponsável na fase executiva. Jurisprudência	379
4.1 Limite à busca da efetividade da satisfação do crédito trabalhista imposto no julgamento do ARE 1.160.361	380
5. A construção de jurisprudência estável, íntegra e coerente como elemento de segurança jurídica	381
6. Conclusão	382
7. Referências	382
TRABALHO POR APLICATIVO – CONTRATO DE EMPREGO INTERMITENTE	383
Jorge Pinheiro Castelo	
1. Teoria geral: Economia, Filosofia, Sociologia	384
3. Distinção importante de categorias importantes – economia compartilhada e compartilhamento de pessoas	385
4. Distinção do trabalho por conta própria do trabalho por conta alheia	386
5. Apropriação dos conceitos da contracultura dos anos 1960	386
6. A sociedade do cansaço	386
7. Por que existe a Justiça do Trabalho?	387
8. Enquadramento jurídico decorrente da reforma trabalhista	388
9. Acordo societal trabalhista mínimo	389
10. Primeira conclusão	389
11. Referências	391
IMPACTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO MONITORAMENTO DO AMBIENTE DE TRABALHO POR MEIO DE CÂMERAS DE FILMAGEM	393
Cristiano Siqueira de Abreu e Lima	
1. Introdução	393
2. A centralidade do trabalho na atual arquitetura constitucional brasileira	394
3. Principais fundamentos, princípios e parâmetros da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	396
4. Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais na seara trabalhista	397
5. Sujeição do tratamento de sons e imagens à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	399
6. Incidência da LGDP ao tratamento de dados provenientes de câmeras de filmagem	403
7. Condições normativas à instalação de equipamentos de videovigilância no ambiente de trabalho	403
8. Conclusão	406
9. Referências	407
A DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL NO RETROCESSO DEMOCRÁTICO: CONCEITO, CAPACIDADE ESTATAL E AMEAÇAS	410
Pietro Cardia Lorenzoni	
1. Introdução	410
2. Democracia constitucional contemporânea: conceito, dimensões e tensionamentos	410

3. Democracia constitucional: a relação entre a efetividade das normas constitucionais e a capacidade estatal	414
4. Terceira onda de democratização e retrocesso democrático: a inserção da democracia constitucional no mundo ocidental contemporâneo	416
5. Considerações finais	419
6. Referências	420

PLURALISMO VERSUS CORPORATIVISMO: DESAFIOS DA NECESSÁRIA RECONFIGURAÇÃO SINDICAL PÓS REFORMA TRABALHISTA..... 421

Luiz Antonio Abagge

1. Introdução.....	421
2. Hierarquia supraconstitucional dos tratados internacionais de direitos humanos e a possibilidade de implementação imediata da liberdade sindical no Brasil.....	422
3. Representatividade sindical e liberdade: a incorporação incompleta da liberdade sindical pela reforma trabalhista	426
4. Liberdade sindical e negocial: como dar efetividade ao art. 611-A, da CLT?.....	429
5. Conclusões.....	435
6. Referências	435

GRAVAÇÃO DE CONVERSAS COMO PROVA NO PROCESSO TRABALHISTA E IMPACTOS CAUSADOS PELA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS..... 438

Marília Nascimento Minicucci, Rodrigo Abbatapaulo Vieira

1. Introdução.....	438
2. Possibilidade e licitude da gravação de conversa	439
3. Lei Geral de Proteção de Dados e as gravações.....	442
4. Voz e imagem como dados pessoais sensíveis	444
5. Necessidade – ou não – de consentimento para gravação	445
6. Limites no tratamento de dados e gravações e suas consequências.....	446
7. Conclusão.....	447
8. Referências	448

ANÁLISE COMPARATIVA DO TELETRABALHO NO BRASIL E EM PORTUGAL..... 449

Maurício de Figueiredo Corrêa da Veiga

1. Introdução.....	449
2. O teletrabalho no Brasil.....	450
3. O teletrabalho em Portugal.....	451
4. Direito à desconexão.....	454
5. Conclusão.....	456
6. Referências	456

PRINCÍPIOS DE DIREITO CIVIL – VALORIZAÇÃO DA AUTONOMIA PRIVADA EM CONTEXTO DE CRISE SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO COMPARADO	458
Gaudio Ribeiro de Paula	
1. Introdução.....	458
2. Autonomia privada.....	460
2.1 Etimologia, conceito e natureza	460
2.2 Evolução.....	460
2.3 Distinção – autonomia da vontade e autonomia privada	462
3. A liberdade contratual no Direito comparado	462
3.1 Princípios – União Europeia	463
3.2 Sistema romano-germânico	463
3.3 <i>Common Law</i>	466
3.4 Direito chinês.....	467
3.5 Direito islâmico	468
4. A autonomia privada no ordenamento luso-brasileiro	469
5. A “crise dos <i>subprimes</i> ” e alguns de seus impactos na autonomia privada em Portugal e no Brasil	470
6. Os desafios à autonomia privada ante o impacto das tecnologias disruptivas	474
7. Conclusão.....	476
8. Referências	477
NOVAS PORTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO: APLICAÇÕES DA ANTECIPAÇÃO E DA COLETIVIZAÇÃO DA PROVA NAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO	480
Rodrigo Garcia Duarte, Elisa Menezes Garcia	
1. Introdução.....	480
2. A prova no processo do trabalho: interseções com o CPC/15	481
3. As técnicas da coletivização e antecipação da prova aplicadas ao processo do trabalho.....	482
3.1 Eficiência da jurisdição e a gênese do direito autônomo à prova	482
3.2 A evolução do direito autônomo à prova	483
3.3 A coletivização da prova antecipada no cenário de macrolitigância	487
3.4 Aplicações das técnicas probatórias às negociações coletivas trabalhistas.....	488
4. Conclusão	491
5. Referências	492
GESTÃO JUDICIÁRIA 2: O QUE GRITAM OS NÚMEROS DA JUSTIÇA SEIS ANOS DEPOIS	494
Rubens Curado Silveira	
1. Introdução.....	494
2. Recordando (uma vez mais) os indicadores	495

3. A trajetória dos números de 2015 a 2020. Expectativa versus realidade	496
4. De olho na execução. O gargalo continua?	499
5. As (possíveis) causas da melhoria do Poder Judiciário	501
5.1 A estabilidade ou queda da litigiosidade	501
5.2 As (possíveis) causas do aumento da produtividade. Além do limite da exaustão.....	505
5.2.1 O processo eletrônico.....	506
5.2.2 A Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau.....	507
6. Conclusão.....	512
7. Referências	513
O DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO EM TEMPOS DE CRISES SANITÁRIA E ECONÔMICA: ATUALIDADES E PERSPECTIVAS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO.....	515
Platon Teixeira de Azevedo Neto	
1. Introdução.....	515
2. A importância do Direito Internacional do Trabalho em tempos pandêmicos.....	517
3. Perspectivas em um cenário sombrio	521
4. Conclusões.....	523
ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A LEI DA SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL (SAF)	526
Terence Zveiter	
1. Introdução.....	526
2. Aplicação do art. 14 da Lei da SAF: regime centralizado de execuções.....	527
3. Duas reflexões: compatibilidade e incompatibilidade da Lei da SAF com o art. 151 da Consolidação de Provimentos da CGJT.....	528
4. Considerações finais	530
5. Referências	531
ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA: O GATO DE SCHROEDINGER E AS PECULIARIDADES DO TEMA PERANTE A JURISPRUDÊNCIA DO TST.....	532
Mozart Victor Russomano Neto	
1. Introdução.....	532
2. O adicional de transferência.....	533
2.1 Conceito e finalidade.....	533
2.2 Elementos que afastam ou comprovam o direito ao adicional de transferência.....	533
2.3 Elementos relativamente irrelevantes à análise sobre o direito ao adicional de transferência.....	536
3. Conclusão.....	537
4. Referências	538

COMPLIANCE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	540
Roberto Caldas Alvim de Oliveira	
1. Introdução.....	540
2. Benefícios do <i>compliance</i> na área das relações de trabalho.....	541
3. Marco civilizatório. Ética, justiça, honestidade, respeito às leis, transparência	542
4. Consolidação das Leis do Trabalho e o <i>compliance</i>	543
4.1 Justa causa pelo empregado	543
5. LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados – Lei 13.709/18	544
5.1 Sigilo profissional	545
5.2 Ética e conduta.....	545
5.3 Legislação anticorrupção e <i>compliance</i>	545
5.4 Proteção de dados	545
6. Responsabilidade da empresa quanto à observância das regras de <i>compliance</i>	546
7. Conclusão.....	546
8. Referências	547
UMA REFLEXÃO SOBRE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA DETERMINAR O RECOLHIMENTO DE VERBAS PREVIDENCIÁRIAS DECORRENTES DE PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR À LUZ DOS TEMAS 190 E 1166 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	548
Dino Araújo de Andrade e Fernanda Dias Domingues	
1. Da edição do Tema 190/STF.....	548
2. Da edição do Tema 1166/STF	550
3. Dos regimes previdenciários previstos na Constituição da República	552
4. Do conflito jurisprudencial existente na aplicação dos Temas 190 e 1166/STF	553
5. Conclusão.....	555
6. Referências	556
O CONCEITO DE “LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS” NO REGIME DE TELETRABALHO OS DESAFIOS PARA FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DA BASE TERRITORIAL DE REGÊNCIA DAS NORMAS COLETIVAS APLICÁVEIS	558
Daniel Domingues Chiode, Manuela Cristina Fernandes Leite	
1. Introdução.....	558
2. Teletrabalho e o trabalhador do século XXI: do escritório ao nomadismo digital	560
3. Teletrabalho e a noção de territorialidade para fixação de competência da Justiça do Trabalho .	563
4. Teletrabalho e as limitações da base territorial dos sindicatos.....	567
5. Conclusão.....	571
6. Referências	572

A UNIÃO DE FATO E SUAS MEDIDAS PROTETIVAS SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO PORTUGUÊS ...	574
João Carlos Mayer Soares	
1. Introdução.....	574
2. Dignidade humana e constituição de família.....	575
2.1 Desenvolvimento da personalidade e vida privada familiar	575
2.2 Formas de conjugalidade: união de fato e casamento.....	578
3. Regulamentação e tutela da união de fato.....	580
3.1 Elementos, alcance e limites da eficácia.....	583
3.2 Efeitos pessoais, patrimoniais e outras disposições	585
4. Considerações finais	592
5. Referências	593
OS DIREITOS SOCIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA E SUA EFICÁCIA JURÍDICA DIANTE DO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, COM ENFOQUE NO TELETRABALHO COMO SOLUÇÃO DO ISOLAMENTO	596
Jordanna Rodrigues Di Araújo	
1. Introdução.....	596
2. Transição do Direito do Trabalho e sua modernização	597
3. Direitos sociais no âmbito trabalhista	598
4. Eficácia jurídica dos direitos sociais no âmbito trabalhista diante do enfrentamento da pandemia de covid-19.....	600
5. Conclusão.....	605
6. Referências	605
TUTELA DE URGÊNCIA E A OBTENÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO EM RECURSOS ORDINÁRIO E DE REVISTA COMO PROTEÇÃO À DECISÃO SURPRESA.....	607
Ricardo Calcini, Felipe Camargo de Araújo	
1. Referências	614
IMPACTOS PROCESSUAIS DO CPC/2015 NO PROCESSO DO TRABALHO	615
Ronaldo Ferreira Tolentino, Thiago Santos Leal	
1. Princípios trabalhistas que influenciaram o CPC de 2015	615
2. Conclusão.....	622
3. Referências	622
OS DESAFIOS DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO EM FACE DA LGPD	623
Débora Pelae Estrela	
1. Evolução histórica da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Brasil	623
1.1 Contextualização dos desafios.....	624
1.2 Conceitos	625

2. Desafios do Direito Processual do Trabalho e a LGPD.....	626
2.1 Poder do Estado-juiz no Direito Processual do Trabalho e a extensão da autoridade judicial.....	626
2.2 Dilemas processuais relativos ao exercício regular de direitos em processo judicial trabalhista	627
2.3 Submissão ao Estado-juiz e o cumprimento da LGPD	629
3. Conclusão.....	630
4. Referências	630
 COVID-19 COMO ACIDENTE OU DOENÇA DE TRABALHO ANÁLISE DE PARÂMETROS JURÍDICOS PARA FIXAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR	 632
Carlos Vinícius Duarte Amorim	
1. Introdução.....	632
2. Acidente e doença de trabalho: aspectos formais	633
3. Teoria subjetiva vs. objetiva da responsabilidade: hipóteses	635
4. Atividades essenciais e sua classificação como de risco: contexto pandêmico.....	637
5. Nexo causal: parâmetros.....	639
6. Covid-19 como acidente ou doença de trabalho: enquadramento.....	642
7. Responsabilização do empregador: desdobramentos jurídicos.....	644
8. Conclusão.....	646
9. Referências	647
 ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....	 651